



S-UP
Auditoria Cooperativa

Workshop Auditoria Cooperativa

Agenda

1. Considerações e Propostas dos Sistemas Cooperativos

2. Considerações e Propostas das Empresas e da Entidade de Auditoria Cooperativa

Agenda

1. Considerações e Propostas dos Sistemas Cooperativos

2. Considerações e Propostas das Empresas e da Entidade de Auditoria Cooperativa

Carga Regulatória em Excesso

- Consideração:
 - Quando se compara as cooperativas de crédito e os bancos do S4 (Res. 4.553/17), verifica-se que há excesso de carga regulatória sobre as instituições do primeiro grupo, no que se refere a exigência de auditorias obrigatórias.
- Proposta:
 - Em linha com o que propõe a Resolução 4.553/17, ou seja, “A aplicação proporcional da regulação prudencial deverá considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco”, a exigência regulatória deveria ser igual para os dois grupos de instituições.

Escopos

- Considerações:
 - Existe sobreposição entre as atividades realizadas pela Auditoria Interna (AI) e pela Auditoria Cooperativa (AC);
 - As atribuições da Supervisão Auxiliar se confundem com o escopo previsto para a atividade de AC.
- Propostas:
 - Tornar a AC obrigatória apenas para as cooperativas independentes;
 - Revisão do escopo de trabalho da AC, diminuindo redundâncias e dando maior enfoque sobre as operações e processos de maior impacto na continuidade, solidez e desenvolvimento das instituições;
 - Reavaliação e consolidação das normas sobre as atribuições especiais das centrais (Circular 3.400/08 e Carta Circular 3.337/08), tendo em vista as funções previstas para as ACs (Circular 3.799/16).

Escopos

- Consideração:
 - É necessário revisar o escopo da AC (Circular 3.799/16), indicando as atividades e testes que devem ser feitos para cobrir os itens descritos no normativo.
- Propostas:
 - O item que trata de integridade e fidedignidade das informações contábeis poderia ser detalhado ou até mesmo excluído, haja vista a sobreposição com o que é verificado pela auditoria externa (AE);
 - Maior detalhamento principalmente dos itens que tratam da situação econômico financeira e dos processos de concessão e gerenciamento de crédito.

Integração das Normas e dos Escopos

- Considerações:
 - É preciso integrar as normas de auditoria, contemplando as diferenças existentes entre elas e definindo os objetivos de cada uma;
 - Escopo genérico (Circular 3.799/16) para os diferentes níveis de sistemas cooperativos;
 - Auditores se perdem na abrangência do escopo e acabam dedicando horas para atividades de menor relevância.
- Proposta:
 - Definição de escopo com base no porte, complexidade e principalmente considerando as características da entidade.

Sistemas de Comunicação

- Consideração:
 - Ausência de sistema para compartilhamento de informações, dados e documentos.
- Proposta:
 - O Banco Central (BC) ou as Instituições de AC deveriam disponibilizar uma ferramenta específica (tal como Google Drive, Dropbox, etc.) para esse fim, de forma a garantir o recebimento/entrega, a integridade e, principalmente, a segurança dos dados/informações compartilhados.

Participação das Cooperativas na Definição dos Escopos

- Consideração:
 - Inclusão, pelas próprias cooperativas, de itens no escopo da AC.
- Proposta:
 - Que a norma permita, de forma clara, que o contratante possa solicitar a inclusão de itens no escopo, quando julgar relevante.

Conhecimento Técnico dos Auditores

- Considerações:
 - Falta de conhecimento dos auditores responsáveis pelos trabalhos presenciais;
 - Pouco conhecimento da prática e de processos do segmento de cooperativas de crédito.
- Proposta:
 - A norma deveria exigir que, além dos diretores, gerentes e responsáveis técnicos, os auditores também tivessem conhecimentos técnicos relativo ao segmento cooperativista.

Auditoria Cooperativa X Auditoria Externa

- Consideração:
 - Falta de sinergia entre AC e AE.
- Proposta:
 - Buscar maior nivelamento e aperfeiçoar os procedimentos das empresas de AC, pois quando a AC e a AE são realizadas pela mesma empresa, foi observada sobrecarga de trabalho para as singulares devido a preparação e envio de documentos/dossiês de crédito.

Relatório de Auditoria Cooperativa

- Considerações:
 - Ausência de informação da data de conclusão dos trabalhos;
 - Relatórios emitidos com atraso significativo. Havendo, portanto, um descompasso entre os documentos e a efetiva situação das instituições;
 - Ausência de definição do tipo de relatório a ser emitido na conclusão dos trabalhos. Dificuldades de alinhamento em relação ao reporte dos apontamentos para as respectivas alçadas (Confederação, Central e/ou Filiadas).

Relação Entre Auditores e Auditadas

- Considerações:
 - Pouco trabalho *in loco* e pouco contato entre singular auditada e auditoria;
 - Ausência de reunião para encerramento dos trabalhos e conseqüente falta de *feedback* dos achados de auditoria;
 - Falta de discussão entre auditores e membros das cooperativas;
 - Ausência de informação da programação dos trabalhos.
- Proposta:
 - Definir qual o tipo de relatório a ser emitido ao final dos trabalhos, destacando os itens mínimos exigidos para a conclusão dos trabalhos de AC. Melhorar o reporte para os 3 níveis, inclusive com reuniões de encerramento dos trabalhos.

Qualidade dos Trabalhos de Auditoria Cooperativa

- Considerações:
 - Análises de operações de crédito dando maior ênfase aos aspectos formais do que aos de risco;
 - Insuficiência na análise da carteira de crédito, considerando gestão e risco de crédito;
 - Maioria dos apontamentos não possuem profundidade;
 - Insuficiência nas análises/testes de alguns itens do escopo;
 - Apontamentos relevantes identificados pela auditoria da central não foram mencionados no relatório de auditoria cooperativa.
- Proposta:
 - Elaborar definições claras e objetivas de escopo.

Outros Tópicos

- Considerações:
 - Norma deveria prever como devem ser apresentados os planos de ação, se formais, se deveriam compor o relatório, entre outros;
 - Norma deveria ter uma melhor definição do prazo que a contratada teria para entregar o relatório final;
 - Norma deveria deixar mais claro que visitas *in loco* são definidas por meio de acordo entre contratada e contratante;
 - Tornar mais claro o que são fatos relevantes.

Agenda

1. Considerações e Propostas dos Sistemas Cooperativos

2. Considerações e Propostas das Empresas e da Entidade de Auditoria Cooperativa

Escopos

- Considerações:
 - O escopo requerido é extenso quando se considera que as auditorias são anuais;
 - É necessária a realização integral do escopo previsto na Circular 3.799/16 anualmente? É julgamento do auditor a redução do escopo a partir da avaliação preliminar de riscos e da avaliação dos trabalhos anteriores?
- Propostas:
 - O BC poderia fornecer-nos métricas para a realização do escopo previsto na Circular 3.799/16;
 - Os tópicos “integridade e fidedignidade das informações contábeis” e “conciliação de saldos contábeis relevantes” (Circular 3.799/16) poderiam ser excluídos ou ter uma especificação maior para a auditoria cooperativa, visto que fazem parte da auditoria das demonstrações contábeis.

Escopos

- Considerações referentes à Circular 3.799/16:
 - Em relação ao potencial conflito de interesses, como tratar as cooperativas de diminuto porte, cuja estrutura administrativa muitas das vezes se resume a uma diretoria e apenas um funcionário?
 - O que o regulador espera no tocante à formação dos dirigentes e membros estatutários?
 - Qual deve ser o procedimento do auditor nos casos em que membros de órgãos estatutários, gerentes e integrantes da equipe técnica não participam regularmente de programas de capacitação?
 - Qual deve ser o procedimento do auditor quando identificar que membros de órgãos estatutários não comparecem à cooperativa?

Relatório de Auditoria Cooperativa

- Considerações:
 - É necessário maior detalhamento das informações a serem prestadas no relatório anual de atividades de auditoria cooperativa;
 - O BC tem a expectativa de emitir modelos de relatórios?
- Propostas:
 - Elaboração de um modelo de relatório de auditoria cooperativa em conjunto com o Ibracon;
 - Uniformização, observadas as particularidades de cada firma de auditoria, dos requisitos mínimos que deverão contemplar os relatórios de AC;
 - Implementação nos relatórios de AC dos seguintes itens: apontamentos de auditoria do exercício atual; apontamentos de períodos anteriores em implementação e apontamentos implementados no exercício.

Contratação da Auditoria Cooperativa

- Consideração:
 - Gostaríamos de saber se, para o exercício de 2019, o BC reforçará que as cooperativas se antecipem quanto à contratação dos serviços de AC, de forma a atender o prazo estipulado na Resolução 4.454/15.
- Proposta:
 - Determinar que as cooperativas contratem os serviços de AC até, no máximo, 30 de setembro do ano anterior a realização dos trabalhos.

Expectativas do Mercado

- Consideração:
 - Necessidade de maior entendimento do mercado em relação ao que representa a AC, bem como o seu alcance.
- Proposta:
 - É importante esclarecer os diferentes papéis das auditorias, uma vez que algumas cooperativas entendem que a AC deve atender às suas necessidades de AI e, algumas vezes, tendem a buscar uma customização do nosso programa de trabalho para essa situação.

Outros

- Considerações:
 - Necessidade de maior entendimento do mercado em relação ao que representa e o alcance da AC;
 - O BC deveria disponibilizar um canal de comunicação para que pudéssemos alinhar o entendimento de normativos e de posições técnicas.
 - Quem são os responsáveis técnicos previstos na norma? Diretores, gerentes, supervisores? Os responsáveis técnicos devem assinar os relatórios?
 - A Circular 3.400/08 e a Carta-Circular 3.337/08 ainda são aplicáveis? São exigidas das supervisões das centrais? Se sim, até quando?